

# Entidades vão opinar sobre o projeto

A Prefeitura já tem um esquema pronto para defender, junto à Câmara Municipal e entidades de todos os setores envolvidos, o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no próximo ano. Amanhã, às 10h, o secretário municipal das Finanças, Carlos Alberto Manhães Barreto, 54, reúne em seu gabinete representantes da Federação da Indústria e Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação de Imóveis (Secovi) e Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci) para detalhar o projeto de lei que atualiza a Planta Genérica de Valores do Município, a base de cálculo do IPTU, e demonstrar como serão feitos os aumentos de até 350% no imposto. Ontem, Manhães Barreto disse que a reunião também servirá para "ouvir propostas".

## Apoio na Câmara

O mesmo projeto de lei que o secretário apresenta amanhã foi enviado na terça-feira à Câmara Municipal, para ser estudado por duas comissões — Finanças e Orçamento e Justiça — e votado pelos 33 vereadores antes do final deste ano. Para vigorar em 87, o aumento do IPTU precisa, pela legislação, ser aprovado ainda neste exercício. O prefeito Jânio Quadros, 69, conta com o apoio majoritário de dezessete vereadores. Os outros dezesseis integrantes da Câmara são o alvo de um caderno de vinte folhas que o secretário Ma-

## Em Brasília, ninguém quer falar

O porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita, recusou-se ontem, em Brasília, a comentar a proposta do prefeito Jânio Quadros de aumentar em até 350% o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano. Fernando César

disse que o presidente nada tinha a declarar e sugeriu que fosse ouvido o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, responsável pelo andamento do Plano de Estabilização Econômica. Dilson Funaro, no entanto, também não quis comentar o assunto.

nhães Barreto preparou, destinado a esmiuçar os detalhes do projeto — e defender sua necessidade para que a arrecadação do município atinja os Cz\$ 20 bilhões previstos para 87. Se conseguir aprovar o projeto, o prefeito garantirá 30% dessa arrecadação só com o IPTU.

## Sugestões

Na reunião de amanhã, Manhães Barreto assegura que estará aberto para sugestões de emendas ao projeto de lei — mesmo que ele já esteja na Câmara Municipal. "Não chamei ninguém apenas para coonestar", disse ele. O representante do Secovi, Luís Antonio Pompéia, 45, disse ontem que vai à reunião "apenas para ouvir". No Creci, o presidente Roberto Capuano, 42, é menos cauteloso. "Acho que o momento é inoportuno para fixar valores de imóveis em São Paulo. Não há uma definição real de preços ainda e corre-se o risco de fixar valores muito altos para alguns e muito baixos para outros prédios." Uma preocupação é comum a todos os participantes: as

áreas ociosas da cidade devem ser penalizadas com altos impostos.

Para Capuano, a Prefeitura deveria procurar "saídas menos contundentes" de elevação de receita. "Acho que aumentar impostos é mais injusto do que cobrar direito dos devedores que já não pagam IPTU. E as duas fórmulas geram dinheiro", diz ele. Na Câmara Municipal, o presidente, vereador Marcos Mendonça (PMDB), concorda. "Será difícil apoiar a medida em um ano eleitoral como este", afirmou ontem. O líder do PMDB, vereador Gilberto Nascimento, e a líder do PT, vereadora Luíza Erundina, também consideraram a aprovação do projeto de lei bastante complicada pelo ano eleitoral — quando há quinze vereadores disputando cadeiras na Assembleia Legislativa. "Aumentar impostos rouba votos", disse Nascimento. Ambos os líderes de partidos, entretanto, apesar de não se alinharem com o prefeito, preferem dizer que estudarão melhor o projeto antes de anunciar a posição definitiva de suas bancadas.